



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE SOUSA

Equipe de Correição: Adalcídio Pereira Júnior, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Cleybson Ferraz Cascimiro, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Maria Elizabete dos Santos Melo, Reginaldo Pires Moura Brasil, Silvana Marsicano Franca, Simone Farias Perrusi e Talita Simões Leão.

Jurisdição	Aparecida, Bernardino Batista, Bom Jesus, Bonito de Santa Fé, Cachoeira dos Índios, Cajazeiras, Carrapateira, Joca Claudino, Lastro, Marizópolis, Monte Horebe, Nazarezinho, Poco Dantas, Poco de Jose de Moura, Pombal, Santa Cruz, Santa Helena, São Bentinho, São Domingos, São Francisco, São João do Rio do Peixe, São José da Lagoa Tapada, São José de Piranhas, Sousa, Triunfo, Uiraúna, Vieirópolis
Normativo de criação	Lei nº 7.729, de 16/01/1989
Data de instalação	1º/05/1989
Data da última correição	29 de junho de 2021
Período de correicionado	1º/6/2021 a 31/3/2022

Aos 03 dias do mês de maio de 2022, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Vice-Presidente e Corregedor **THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da Vara do Trabalho de Sousa, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 13/2022 publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.



O Desembargador Corregedor abriu a sessão telepresencial, contando com a participação da Juíza titular, Ana Cláudia Magalhães Jacob, do Diretor de Secretaria e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de **1º/6/2021 a 31/3/2022** (10 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrada Titular

Juíza Titular	Titularidade na Unidade
Ana Cláudia Magalhaes Jacob	21/06/2021 - Ato TRT SGP nº 121/2021

1.2 Servidores lotados na Unidade

A Vara do Trabalho de Sousa conta, atualmente, com **12** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Aloisio Lira de Figueiredo	Técnico Judiciário – Calculista	17/9/1991
Anderson Alcântara de Lima	Técnico Judiciário – Calculista	3/8/2020
Antônio José da Paz Gomes da Silva	Analista Judiciário – Diretor de Secretaria	28/6/2021
Beatriz de Cassia Brunet Gomes	Assistente II	25/6/1992
Edilson Nobrega Leite E Silva	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	29/6/2020
Flávia Raquel Miranda Dias	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	5/7/2021
Francisco Sicupira Lopes	Analista Judiciário – Assistente V	6/9/2002
Jose Ferreira da Silva	Analista Judiciário Ofic Justiça Avaliador Federal	9/7/2015
Jose Teixeira de Carvalho Neto	Analista Judiciário Ofic Justiça Avaliador Federal	30/10/2019
Nilson Alves do Nascimento	Técnico Judiciário	1º/6/2019
Rafael Galdino Maia	Técnico Judiciário – Secretário de Audiência	8/9/2015
Rudnei Messias de Figueiredo	Analista Judiciário Ofic Justiça Avaliador Federal	27/5/2019



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por faixa processual no sistema PJe, segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria.

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

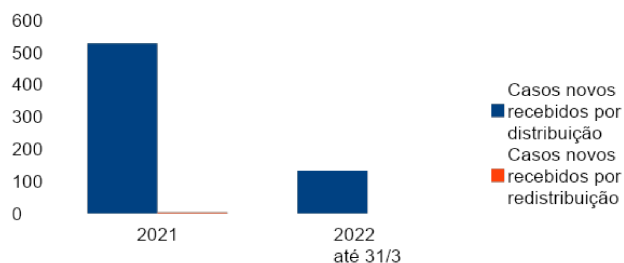
De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a Vara do Trabalho de Sousa contabilizava, em 31/3/2022, um acervo processual de **1.294** processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	593
Fase de Liquidação	41
Fase de execução	620
Cartas precatórias e de ordem	40
TOTAL	1.294

2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

2.1.1 Casos novos

Item	2021	2022 até 31/03
Casos novos recebidos por distribuição	527	133
Casos novos recebidos por redistribuição	3	-
TOTAL	530	133



No período correicionado há registro de 1 processo recebido com sentença anulada pela instância superior (0000637-63.2019.5.13.0012) e 1 processo com sentença reformada pela instância superior (0000654-02.2019.5.13.0012).

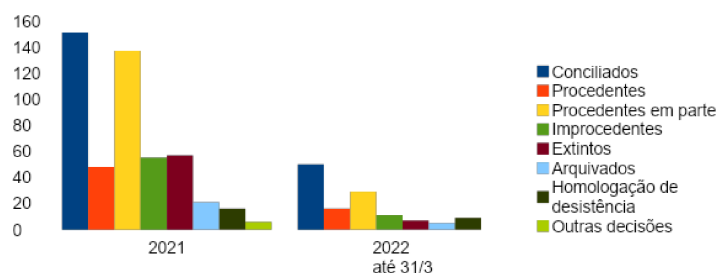


A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correicionado (junho/2021 a março/2022):



2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Item	2021	2022 até 31/3
Conciliados	151	50
Procedentes	48	16
Procedentes em parte	137	29
Improcedentes	55	11
Extintos	57	7
Arquivados	21	5
Homologação de desistência	16	9
Outras decisões	6	-
TOTAL	491	127

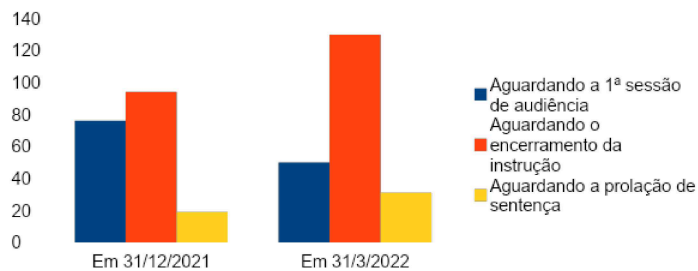




2.3 Pendentes de solução (Fonte: Hórus)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2021	Em 31/03/2022
Aguardando a 1ª sessão de audiência	76	50
Aguardando o encerramento da instrução	94	130
Aguardando a prolação de sentença	19	31
TOTAL	189	211



2.4 Pendentes de finalização (Fontes: e-Gestão e Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2021	2022 até 31/03	Variação (%) 2020/2021
Fase de conhecimento	579	593	2,42%
Fase de liquidação	30	41	36,67%
Fase de execução	638	620	-2,82%

*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

3. PANORAMA DE AUDIÊNCIAS

3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo.

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	39	367	35	19	0
Conciliação em conhecimento	6	17	15	21	3
Conciliação em Execução	22	18	4	2	26
Una	6	13	4	9	0
Instrução	49	12	67	72	11

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Unidade correicionada realiza audiências de segunda a quinta-feira e, raramente, às sextas-feiras, a exemplo do dia 29/04/2022, onde haverá pauta de audiência.

4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Fase de conhecimento	2021	2022 até 31/03
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	69	55
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	59	61
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	135	98
Da conclusão à prolação da sentença	13	13
Do ajuizamento até a prolação da sentença	143	97

5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2021	2022 até 31/3
Embargos de declaração	Recebidos	91	31
	Baixados	89	36
	Pendentes	9	4



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Tutela Provisórias	Recebidos	64	9
	Apreciadas	63	9
	Pendentes	3	1
Liquidação /Execução	Recebidos	35	6
	Baixados	24	5
	Pendentes	6	3

6. Recursos interpostos (Fonte: Hórus)

1º/6/2021 a 31/3/2022			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	179	161	8
Recurso adesivo	6	6	-
Agravo de petição	25	22	5
Total	210	189	13

7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base **2021**: **107** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **207** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **148** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia **31/03**, é de **92** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **149** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **117** dias.

Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **143** dias, para o ano base de **2021**, e de **97** dias, relativo a este ano de **2022**, até **31/3**.

Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de **2021**, foi de **815** dias, e de **643** dias, referente ao exercício atual até o dia **31/3**.



8. FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: Hórus e e-Gestão)

Item	2021	2022 até 31/3
Execuções pendentes no início do período	823	593
Execuções iniciadas	223	38
Desarquivados	310	17
Recebidos de outros Órgãos	-	-
Execução de título extrajudicial	1	-
Execuções encerradas	500	56
Remetidos a outros Órgãos	-	-
Processos arquivados provisoriamente	241	24
Execuções pendentes ao final do período	593	578

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de execução, no período correccionado (junho/2021 a março/22):



9 PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: e-Gestão)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2021	2022 até 31/3
Acordo	PJe	R\$ 2.804.443,84	R\$ 1.126.646,05
Espontâneo	PJe	R\$ 5.061.619,94	R\$ 543.341,31
Execução	PJe	R\$ 1.116.717,73	R\$ 814.172,57
TOTAL		R\$ 8.982.781,51	R\$ 2.484.159,93



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2021	2022 até 31/3
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 195.271,15	R\$ 25.989,60
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 1.170.792,79	R\$ 195.850,61
Imposto de renda	PJe	R\$ 216.514,55	R\$ 8.417,22
TOTAL		R\$ 1.582.578,49	R\$ 230.257,43

10. DILIGÊNCIAS REALIZADAS PELOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

Verificou o Desembargador Corregedor que, no período correicionado, foram realizadas, no sistema PJe, **428** diligências por **03** oficiais de justiça avaliadores federais. Segundo informações prestadas pelo diretor de secretaria, as diligências são distribuídas de forma automática entre os três oficiais de justiça e a produtividade é lançada automaticamente no sistema. Os próprios oficiais dão baixa em suas diligências, alimentando o sistema.

A produtividade do oficial de justiça, nos limites estabelecidos pela Recomendação TRT SCR nº 08/2013, apresenta-se assim demonstrada no período correicionado, no PJe:

QUADRO DEMONSTRATIVO DE DILIGÊNCIAS NO JPE (1º/06/2021 a 31/03/2022)			
Oficiais de Justiça	Diligências realizadas	Diligências cumpridas	Diligências pendentes em 02/05/2022
Jose Ferreira da Silva	194	203	7
Jose Teixeira de Carvalho Neto	55	58	-
Rudnei Messias de Figueiredo	179	185	17

11. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

11.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Constatou o Desembargador Corregedor que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

PERÍODO CORREICIONADO 1º/07/2021 a 28/02/2022		
Item	Sistema	Quantidade
SISBAJUD	PJe	186
INFOJUD	PJe	93
SIMBA	PJe	-
RENAJUD	PJe	96
BNDT	Pendentes (PJe)	154
	Incluídos (PJe)	56

12. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2021 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente

IPJ – Índice de Processos Julgados

Unidades de primeiro grau do TRT	110,80%
Unidade Correicionada	87,06%

Meta 1/2022 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente

Unidades de primeiro grau do TRT	98,41%
Unidade Correicionada	86,26%

Para efeito de controle da **Meta 1/2019**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **133** casos novos (por distribuição) e **113** com primeiro julgamento, atingindo o percentual de **86,26%**.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Meta 2/2021 – Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019 nos 1º e 2º graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	105,30 % da Meta 2
	97,93% dos processos distribuídos até 31/12/2019
Unidade Correicionada	104,87 % da Meta 2
	97,53% dos processos distribuídos até 31/12/2019

Meta 2/2022 – Identificar e julgar, até 31/12/2022, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2020 nos 1º e 2º grau	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	103,16% da Meta 2
	95,94% dos processos distribuídos até 31/12/2020
Unidade Correicionada	103,26% da Meta 2
	96,03% dos processos distribuídos até 31/12/2020

Meta 3/2021 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 38,50% em 2021	
Unidades de primeiro grau do TRT	100,92% da Meta 3
	38,86% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	88,71% da Meta 3
	34,16% de índice de conciliação

Meta 3/2022 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2019/2020, em 1 ponto percentual	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 40% em 2022	
Unidades de primeiro grau do TRT	75,56% da Meta 3
	73,15% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	110,62% da Meta 3
	120,19% de índice de conciliação



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Meta 5/2021 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 2 pontos percentuais, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.	
Unidades de primeiro grau do TRT	121,72%
Unidade Correicionada	120,81%

Meta 5/2022 – Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente	
Unidades de primeiro grau do TRT	62,82%
Unidade Correicionada	57,77%

Indicadores								
Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL	
2022-01	18	10	263	259	93,59	96,28	94,91	
2022-02	35	43	272	228	83,69	81,14	82,51	
2022-03	70	16	261	224	67,97	76,45	71,64	

13. AFERIÇÃO DE DESEMPENHO EM ÂMBITO NACIONAL - IPC-Jus e Igest

O índice de produtividade comparada da Justiça busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único, produzido com base no Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), no Índice de Produtividade dos Servidores (IPS), na Despesa Total do Tribunal e na Taxa de Congestionamento Líquida (TCL).

Embora os dados individualizados por vara do trabalho não sejam fornecidos pelo CNJ, considerando-se as variáveis analisadas, o que se observa é que o fator principal a ser buscado pelas unidades judiciárias é o aumento de processos baixados, obtido com o incremento da produtividade de magistrados e servidores. Observa-se, dos dados a seguir apresentados, uma redução no quantitativo de processos baixados da unidade judiciária correicionada, no que se refere à fase de conhecimento, entre os anos de 2020 e 2021, e aumento em 2022, enquanto que na fase de execução houve aumento entre os anos de 2020 e 2021, e, nos primeiros meses de 2022, proporcionalmente, redução.

Processos baixados	2020	2021	2022 até 31/03
---------------------------	-------------	-------------	-----------------------



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Fase de conhecimento	550	463	123
Fase de execução	463	545	64

Comparativo Sousa e João Pessoa - 2020 (baixados/conhecimento)

Vara do Trabalho

3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	721
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	675
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	664
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	640
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	635
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	604
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	600
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	579
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	576
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	563
VARA DO TRABALHO DE SOUSA	550
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	537
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	525
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	524

Comparativo Sousa e João Pessoa - 2021 (baixados/conhecimento)

Vara do Trabalho

5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.054
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.036
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.022
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.005
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	949
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	909
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	871
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	859
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	838
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	822
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	790
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	786
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	743
VARA DO TRABALHO DE SOUSA	463

Comparativo Sousa e João Pessoa - 2022 (baixados/conhecimento até 31/03)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Vara do Trabalho

2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	296
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	267
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	264
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	260
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	252
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	235
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	232
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	228
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	211
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	210
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	203
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	190
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	183
VARA DO TRABALHO DE SOUSA	123

Comparativo Sousa e João Pessoa - 2020 (baixados/execução)

Vara do Trabalho

5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.209
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.000
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	767
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	756
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	718
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	608
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	574
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	551
VARA DO TRABALHO DE SOUSA	463
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	455
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	340
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	212
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	140
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	110

Comparativo Sousa e João Pessoa - 2021 (baixados/execução)

Vara do Trabalho

6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.240
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	992
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	913
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	779
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	762
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	641
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	638
VARA DO TRABALHO DE SOUSA	545
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	492
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	446
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	420
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	380
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	299
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	290

Comparativo Sousa e João Pessoa - 2022 (baixados/execução até 31/03)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Vara do Trabalho	
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	310
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	267
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	206
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	194
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	181
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	177
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	173
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	143
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	129
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	121
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	105
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	99
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	83
VARA DO TRABALHO DE SOUSA	64

Deverá a unidade judiciária intensificar a inclusão de processos em pautas de audiências, conciliatórias e de instrução, assim como incrementar a utilização de ferramentas eletrônicas na fase de execução, com vistas à diminuição do acervo de processos, medidas que decerto contribuirão para a melhoria do índice IPC-Jus deste Regional.

Em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - Igest, a Vara do Trabalho de Sousa encontra-se na **294ª colocação**, entre as 1.570 varas do país (**1º quartil**).

Já no quadro comparativo entre as 3 mais bem colocadas Varas do Trabalho com quantitativo de casos novos entre 1001 e 1500 (498 varas no total), a unidade correicionada encontra-se com as seguintes colocações conforme os mesoindicadores (período de referência 1º/04/2021 a 31/03/2022):

TRT/Vara	IGEST	Acervo peso 0,2	Celeridade peso 0,2	Produtivi- dade peso 0,2	Taxa de congestio- namento peso 0,2	Força de trabalho peso 0,2
6ª Região - PE - 2ª Vara de Ribeirão	1º	10º	121º	3º	1º	28º
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	2º	1º	5º	38º	3º	39º
3ª Região - MG - 1ª Vara de Alfenas	3º	18º	18º	252º	2º	13º



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

13ª Região - PB - Vara de Sousa	142º	71º	93º	222º	153º	277º
--	-------------	------------	------------	-------------	-------------	-------------

São apresentadas, ainda, as seguintes variáveis para as Varas do Trabalho acima indicadas:

TRT/Vara	IGEST	Prazo na fase de conhecimento	Prazo na fase de liquidação	Prazo na fase de execução
6ª Região - PE - 2ª Vara de Ribeirão	1º	82,47	30,83	1.509,13
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	2º	36,11	23,8	564,1
3ª Região - MG - 1ª Vara de Alfenas	3º	72,6	62,17	526,76
13ª Região - PB - Vara de Sousa	142º	129	126,42	715,95

TRT/Vara	IGEST	Baixados na fase de conhecimento	Baixados na fase de execução	Servidores ativos
6ª Região - PE - 2ª Vara de Ribeirão	1º	342	800	8
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	2º	904	90	8
3ª Região - MG - 1ª Vara de Alfenas	3º	780	495	8
13ª Região - PB - Vara de Sousa	142º	477	394	12

Observando os mesoindicadores do e-Gestão, pode-se fazer o comparativo entre os períodos de referência de um ano cada, finalizados nos meses de junho, setembro e dezembro/2021 e março/2022, estando a Vara do Trabalho de Sousa nas seguintes colocações entre todas as 1.570 varas do país (consulta realizada em 29/04/2022):



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

MÊS	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtividade	Taxa de congestionamento	Força de trabalho
junho 2021	75°	56°	412°	91°	73°	341°
setembro 2021	134°	76°	347°	238°	134°	495°
dezembro 2021	205°	92°	281°	464°	199°	604°
março 2022	294°	190°	179°	642°	328°	770°

A título ilustrativo, também em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - IGest, as Varas do Trabalho de João Pessoa e a Vara de Sousa encontram-se com as seguintes colocações, entre as 1.570 varas do país (período de referência 1º/04/2021 a 31/03/2022):

Vara	Colocação no IGEST
13ª JPA	29ª
11ª JPA	51ª
12ª JPA	57ª
3ª JPA	67ª
10ª JPA	201ª
7ª JPA	206ª
6ª JPA	212ª
SOUSA	294ª
5ª JPA	296ª
1ª JPA	326ª
9ª JPA	364ª
2ª JPA	437ª
4ª JPA	440ª



8ª JPA

482ª

Ainda para demonstrar os números obtidos pela Vara do Trabalho de Sousa, no que se refere aos prazos de janeiro a dezembro de 2021:

Ajuizamento até a prolação da sentença	
Vara do Trabalho de Sousa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
142,9 dias	192,4 dias
Início ao encerramento da liquidação	
Vara do Trabalho de Sousa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
141,2 dias	206,5 dias

Início à extinção da execução - ente privado	
Vara do Trabalho de Sousa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
809 dias	1.050 dias
Início à extinção da execução - ente público	
Vara do Trabalho de Sousa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
834,5 dias	796,3 dias

Do ajuizamento da ação até o arquivamento no 1º grau	
Vara do Trabalho de Sousa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
829,4 dias	1.041 dias

Com relação ao percentual de processos julgados por recebidos no período de janeiro a dezembro/2021, o Portal e-Gestão apresenta os seguintes dados:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Percentual de processos julgados por recebidos	
Vara do Trabalho de Sousa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
-7,5%	4,2%



JUÍZES

14. AFASTAMENTOS DE JURISDIÇÃO

Juíza Titular (Fonte: SAOAdm)

Ana Cláudia Magalhães Jacob			
Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	SAOAdm	1º/6/2021 a 22/6/2021	22
Férias	SAOAdm	18/11/2021 a 17/12/2021	30
Licença - saúde	SAOAdm	4/3/2022 a 18/3/2022	15

14.1 Assiduidade dos magistrados

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face da Magistrada titular e dos Juízes que atuaram na Vara durante o período correccionado.

14.2 Audiências realizadas (1º/6/2021 a 31/3/2022) (Fonte: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Magistrado	Una	Instrução	Inicial	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
Ana Cláudia Magalhaes Jacob	15	152	341	51	54	613
Joliete Melo Rodrigues Honorato	14	8	21	6	2	51
Paulo Nunes de Oliveira	1	15	-	-	-	16
Luiz Antonio Magalhaes	-	11	29	1	-	41
Mariana Petit Horácio de Brito	2	25	69	5	2	103

14.4 Incidentes julgados (Fonte: Hórus)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação/ Execução	Total
Ana Cláudia Magalhaes Jacob	70	31	10	111
Jose Artur da Silva Torres	-	1	-	1
Joliete Melo Rodrigues Honorato	2	-	1	3
Luiz Antonio Magalhaes	-	1	-	1
Mariana Petit Horácio de Brito	15	5	-	20
Paulo Nunes de Oliveira	4	-	-	4

15. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – SOLUCIONADOS (Fonte: Hórus)

Magistrado	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência/ Outras Decisões	
Ana Cláudia Magalhaes Jacob	115	49	98	15	3	9	21	17	327
Joliete Melo Rodrigues Honorato	8	2	1	2	-	1	2	-	16
Lindinaldo Silva Marinho	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Luiz Antonio Magalhaes	7	-	-	-	-	1	-	1	9
Mariana Petit Horácio de Brito	26	4	22	11	1	2	3	-	69
Paulo Nunes de Oliveira	1	2	5	5	-	-	-	-	13



No período correicionado, a Juíza titular laborou 229 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,43 processo/dia. Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, não é razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

15.1. Processos sentenciados por classe processual (Fonte: Hórus)

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	199
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	171
Homologação da Transação Extrajudicial	32
Consignação em Pagamento	15
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	9
Embargos de Terceiro Cível	4
Ação Civil Pública Cível	2
Tutela Antecipada Antecedente	1
Alvará Judicial - Lei 6858/80	1
Ação Civil Coletiva	1

16. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrado	Sentenças Líquidas	%
Ana Cláudia Magalhaes Jacob	132	89,8%
Paulo Nunes de Oliveira	1	14,29%
Mariana Petit Horácio de Brito	0	0
Joliete Melo Rodrigues Honorato	0	0

17. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrado	Total
Ana Cláudia Magalhaes Jacob	327
Joliete Melo Rodrigues Honorato	16



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Lindinaldo Silva Marinho	1
Luiz Antonio Magalhaes	9
Mariana Petit Horácio de Brito	69
Paulo Nunes de Oliveira	13

17.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 14 dias

Magistrado	Dias
Ana Cláudia Magalhaes Jacob	14
Joliete Melo Rodrigues Honorato	5
Mariana Petit Horácio de Brito	16
Paulo Nunes de Oliveira	12

18. OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2021 e a presente correição, foi realizado o segundo ciclo de 2021 no mês de novembro, tendo a juíza titular enviado resposta em 15/02/2022. Destacou que, embora não possua calculista, prioriza a prolação de sentenças líquidas, a fim de colaborar com o tempo médio de duração do processo, e que os servidores são constantemente orientados a proceder aos registros de pagamento, monitorar as tarefas “Análises” e “Prazos Vencidos” e as pendências do BNDT. O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição ->Observatório Dashboard.

19. GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT SCR 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do



relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foi registrada, entre junho de 2021 e fevereiro de 2022 - 10 meses, apenas o pagamento relativo à transferência para outro órgão, no valor de R\$ 17.896,19.

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR 04/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, fato não ocorrido, por exemplo, nos processos 0000962-43.2016.5.13.0012, 0000677-16.2017.5.13.0012, 0000089-04.2020.5.13.0012.

O Corregedor destaca a necessidade de que sejam adotadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

20. CAPACITAÇÃO

O Ato TRT13 SCR Nº 28/2022 destaca, como item a ser incluso na ata de correição, a participação em cursos por magistrados e servidores.

Segundo informações prestadas pela EJud (PROAD Nº 2317/2022), a Juíza Ana Cláudia Magalhães Jacob não participou de cursos voltados à conciliação e mediação e à efetividade da execução, havendo registro de sua participação em atividades de formação continuada pelo período mínimo de 30 horas-aula por semestre (art. 3º da Resolução ENAMAT nº 09/2011).

Magistrada	Descrição
ANA CLÁUDIA MAGALHÃES JACOB	CFC SOBRE AUDIÊNCIAS TELEPRESENCIAIS – PROAD 10210/2021 LIVE - WEBINÁRIO "ATUALIZAÇÃO DE CRÉDITOS TRABALHISTAS APÓS A DECISÃO DO STF – P. 21808/2021 – TRT 22 – 4 h/a – dia 19 DIREITO EMERGENCIAL DO TRABALHO - Proc. 19725/2021 DO TRABALHO CFC A EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO TRABALHISTA E A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA – PROAD 23639/2021

As capacitações realizadas pelos servidores, consoante informado pela Segepe (PROAD N° 2777/2022) estão abaixo descritas:

Servidores	Descrição
ALOISIO LIRA DE FIGUEIREDO	TRT - AULÃO GOOGLE WORKSPACE (GOOGLE MEET) - TELEPRESENCIAL / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
ANDERSON ALCÂNTARA DE LIMA	TRT - ATUALIZAÇÃO DA ROTINA DE REMESSA DE PROCESSOS PARA INSTÂNCIA SUPERIOR NO PJE 1º GRAU / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
ANTONIO JOSE DA PAZ GOMES DA SILVA	TRT - GOVERNANÇA E GESTÃO DA MUDANÇA NA JUSTIÇA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO GERENCIAL / PRO VALORE CONSULTORIA E TREINAMENTO GERENCIAL TRT - ATUALIZAÇÃO DA ROTINA DE REMESSA DE PROCESSOS PARA INSTÂNCIA SUPERIOR NO PJE 1º GRAU / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
EDILSON NOBREGA LEITE E SILVA	TRT - NOVA VERSÃO DO SISTEMA DE AUDIÊNCIAS (AUD 4) TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT PLATAFORMA ZOOM - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - FERRAMENTAS GOOGLE (G SUITE) - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - AULÃO GOOGLE WORKSPACE (GOOGLE MEET) - TELEPRESENCIAL / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - ATUALIZAÇÃO DA ROTINA DE REMESSA DE PROCESSOS PARA INSTÂNCIA SUPERIOR NO PJE 1º GRAU / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DA FERRAMENTA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
FRANCISCO SICUPIRA LOPES	TRT - GESTÃO DE PRECATÓRIOS - GPREC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - AULÃO GOOGLE WORKSPACE (GOOGLE MEET) - TELEPRESENCIAL / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - ATUALIZAÇÃO DA ROTINA DE REMESSA DE PROCESSOS PARA INSTÂNCIA SUPERIOR NO PJE 1º GRAU / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
JOSÉ FERREIRA DA SILVA	TRT - TECNOLOGIA, LINGUAGEM E A ATUAÇÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA: NOVAS PERSPECTIVAS DA CARREIRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
JOSÉ TEIXEIRA DE CARVALHO NETO	DIREITO CONSTITUCIONAL: CIDADANIA E MANDADO DE



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>SEGURANÇA / INTRA</p> <p>DIREITO DO CONSUMIDOR / INTRA- 12/3/21</p> <p>TRT - TECNOLOGIA, LINGUAGEM E A ATUAÇÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA: NOVAS PERSPECTIVAS DA CARREIRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>DIREITO DO CONSUMIDOR / INTRA - 3/6/21</p>
NILSON ALVES DO NASCIMENTO	<p>TRT - AULÃO GOOGLE WORKSPACE (GOOGLE MEET) - TELEPRESENCIAL / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
RAFAEL GALDINO MAIA	<p>TRT - UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DA FERRAMENTA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - PLATAFORMA ZOOM - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - GOVERNANÇA E GESTÃO DA MUDANÇA NA JUSTIÇA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO GERENCIAL / PRO VALORE CONSULTORIA E TREINAMENTO GERENCIAL</p> <p>TRT - ATUALIZAÇÃO DA ROTINA DE REMESSA DE PROCESSOS PARA INSTÂNCIA SUPERIOR NO PJE 1º GRAU / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
RUDNEI MESSIAS DE FIGUEIREDO	<p>INTRODUÇÃO A LIBRAS (TURMA SET/2021) / ENAP</p> <p>INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO (TURMA AGO/2021) / ENAP</p> <p>TRT - AULÃO GOOGLE WORKSPACE (GOOGLE MEET) - TELEPRESENCIAL / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO NA EXECUÇÃO TRABALHISTA - PALESTRAS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - LIBRAS AVANÇADO - MÓDULO I / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - TECNOLOGIA, LINGUAGEM E A ATUAÇÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA: NOVAS PERSPECTIVAS DA CARREIRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>EQUILÍBRIO FISCAL (TURMA AGO/2021) / ENAP</p>

SERVIDORES SEM REGISTRO DE CAPACITAÇÕES NO PERÍODO CORREICIONADO

BEATRIZ DE CÁSSIA BRUNET GOMES

FLÁVIA RAQUEL MIRANDA DIAS

Da análise das informações prestadas, observa-se que se faz necessário que os gestores incentivem os servidores a participarem de capacitações específicas voltados à efetividade da atividade jurisdicional, bem como que a



magistrada Ana Cláudia Magalhães Jacob participe de capacitações voltadas à conciliação, mediação e efetividade da execução.

21. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Processos analisados

Foram analisados 30 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT13 SCR nº 028/2022, havendo a prolação de 14 despachos correicionais no PJe.

Concede o Desembargador Corregedor o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

Segundo informações prestadas pelo supervisor da Ouvidoria, conforme artigo 2º, II, a, do Ato TRT SCR nº 067/2020, não foram registradas denúncias na Ouvidoria nos últimos seis meses.

22. RECOMENDAÇÕES

À Exma. Juíza

1. Recomendações gerais

- a) observar o estabelecido na Resolução Administrativa TST nº 1470/2011 quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso;
- b) adotar o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- c) observar as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013 no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico sentenças.dsst@mte.gov.br do Ministério do Trabalho e Emprego,



com cópia para o endereço eletrônico insalubridade@tst.jus.br, a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;

d) diligenciar nos processos em execução encaminhados ao arquivo provisório em decorrência do deferimento da recuperação judicial, de modo que, com o seu encerramento ou com o encerramento da quebra em que ela tenha sido convocada (art. 156 e seguintes da Lei 11.101/2005), seja retomado o prosseguimento, para cobrança dos créditos que não tenham sido totalmente satisfeitos (art. 114 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);

e) visitar os processos que se encontram em arquivo provisório com execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas por meio da utilização dos sistemas Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serasajud, CNIB, CENSEC, dentre outros, conforme disciplinamento do art. 108, III, da Consolidação dos Provimentos da CGJT;

f) observar as recomendações e provimentos editados pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT SCR nº 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial, em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários.

2. Recomendações específicas

a) incluir em pauta processos na fase de execução em que se verifique potencial conciliatório (art. 108, II, da Consolidação dos Provimentos da CGJT e Recomendação TRT13 SCR nº 003/2021);

b) incrementar o uso dos sistemas eletrônicos (Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serasajud, CNIB, CENSEC, dentre outros), de forma a buscar reduzir o tempo de duração do processo na fase de execução;

c) monitorar o “escaninho” no PJe e orientar a equipe à proceder à revisão com regularidade, evitando-se que haja demora excessiva na apreciação de petições, podendo-se citar os processos 0000177-66.2016.5.13.0017 (petição não apreciada desde dezembro de 2021) e 0000043-78.2021.5.13.0012 (petição não apreciada desde fevereiro de 2022);



- d) observar os termos da Consolidação dos Provimentos da CGJT e Recomendação TRT13 SCR Nº 004/2022 no que se refere aos procedimentos a serem seguidos na fase de execução - determinações de reunião, suspensão/sobrestamento, arquivamentos provisório e definitivo dos autos;
- e) observar, quando da apreciação das minutas de despachos/decisões/sentenças, se há necessidade de expedição de intimação às partes, e, também, o prazo inserido, evitando-se a elaboração de intimações automáticas que porventura atrasem a marcha processual;
- f) participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução.

Ao Diretor de Secretaria

- a) monitorar os relatórios fornecidos pelo Hórus e e-Gestão, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade, e corrigi-las;
- b) observar as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;
- c) orientar a equipe a utilizar o Gigs para controle de prazos e cadastro de tarefas, procedendo ao registro de cumprimento, para melhor identificação das atividades realizadas, especialmente os processos localizados em “Cumprimento de Providências”;
- d) orientar a equipe para executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados, a exemplo dos processos 0012800-07.2012.5.13.0017, 0000288-89.2021.5.13.0012, 0130303-78.2014.5.13.0017, 0004700-15.2011.5.13.0012, 0000264-61.2021.5.13.0012;
- e) orientar a equipe a observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 004/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, bem como registros de pagamento;



- f) orientar a equipe na adoção de boas práticas, abstendo-se de elaborar certidões de decurso de prazo desnecessárias, a exemplo do ocorrido no processo 0000671-43.2016.5.13.0012;
- g) registrar e incentivar a equipe a efetuar com regularidade os registros, no sistema Garimpo, das contas movimentadas, por se tratar de meio imprescindível ao cômputo dos valores devolvidos;
- h) incentivar os servidores a participarem de capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional.

Aos servidores

- a) proceder, com regularidade, à conclusão aos magistrados dos processos com petição não apreciada, evitando-se que permaneçam paralisados, mesmo com a marcação existente no escaninho, que deverá ser consultado com frequência, bem como efetuar a retirada do aviso, após a conclusão, evitando-se o ocorrido, por exemplo, nos processos 0000177-66.2016.5.13.0017 (petição não apreciada desde dezembro de 2021) e 0000043-78.2021.5.13.0012 (petição não apreciada desde fevereiro de 2021);
- b) proceder ao lançamento, com regularidade, no sistema PJe, dos pagamentos e levantamentos de créditos trabalhistas, inclusive daqueles decorrentes do pagamento de acordos, bem como os recolhimentos fiscais, previdenciários e de custas, tanto na fase de conhecimento como na de execução;
- c) executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados, a exemplo dos processos 0012800-07.2012.5.13.0017, 0000288-89.2021.5.13.0012, 0130303-78.2014.5.13.0017, 0004700-15.2011.5.13.0012, 0000264-61.2021.5.13.0012;



- d) observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 004/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, bem como registros de pagamento;
- e) utilizar a ferramenta Gigs para controle de processos;
- f) ter atenção com a opção de intimação automática quando da elaboração de minutas de despachos/decisões/sentenças, e, também, o prazo a ser inserido, evitando-se a elaboração de intimações automáticas que porventura atrasem a marcha processual;
- g) participar de capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional.

23. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessas considerações, o Desembargador Corregedor constata que a Vara do Trabalho de Sousa tem buscado o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, a fim de atingir os índices obtidos por unidades judiciárias de idêntico porte.

Registra, com satisfação, o cumprimento da Meta 5 do CNJ (120,81%), atinente às taxas de congestionamento nas fases de conhecimento e execução.

A posição da Vara do Trabalho de Sousa no Igest é motivo de preocupação pela negativa evolução. Em junho de 2021, a unidade ocupava a 72ª posição, passando para 143ª em setembro, 205ª em dezembro e 294ª em março de 2022, embora tenha permanecido no 1º quartil.

Da análise dos indicadores, observa-se que o fator que mais contribuiu foi o volume de processos na fase de conhecimento, tendo sido baixados mais processos em 2020 do que no ano de 2021, como se pode observar da tabela comparativa constante no item 13. A tabela relativa aos mesoindicadores aponta que o item acervo, entre março de 2022 e dezembro de 2021, passou da posição 92ª para a 190ª; a produtividade da 464ª para a 692ª, e a taxa de congestionamento da 199ª para a 328ª.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Recomenda-se, portanto, que a unidade judiciária vele pelo acompanhamento constante dos indicadores do Igest, especialmente os relativos aos processos existentes na fase de conhecimento, com objetivo de proporcionar aos jurisdicionados a célere entrega da prestação jurisdicional, cumprindo a garantia de duração razoável do processo.

Nada mais havendo a tratar, tem-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Talita Simões Leão, Secretária da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pelo Desembargador Corregedor, que deixa assinalado o prazo de 8 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, apresentar suas considerações.

Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, não havendo outra providência a ser tomada, archive-se.

A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE

Desembargador Vice-Presidente e Corregedor



ANEXO

VISTOS

0012800-07.2012.5.13.0017	0000288-89.2021.5.13.0012	0000022-39.2020.5.13.0012
0000439-26.2019.5.13.0012	0130303-78.2014.5.13.0017	0000268-88.2018.5.13.0017
0000491-51.2021.5.13.0012	0004700-15.2011.5.13.0012	0000312-54.2020.5.13.0012
0130140-98.2014.5.13.0017	0000264-61.2021.5.13.0012	0000368-92.2017.5.13.0012
0000200-85.2020.5.13.0012	0000364-84.2019.5.13.0012	

DESPACHOS CORREICIONAIS

0000684-37.2019.5.13.0012	0130217-73.2015.5.13.0017	0000197-86.2018.5.13.0017
0000064-88.2020.5.13.0012	0130472-80.2014.5.13.0012	0082700-58.2013.5.13.0012
0000353-21.2020.5.13.0012	0000127-16.2020.5.13.0012	0000346-82.2018.5.13.0017
0000321-21.2017.5.13.0012	0000389-63.2020.5.13.0012	0025800-74.2012.5.13.0017
0000689-30.2017.5.13.0012	0000717-95.2017.5.13.001	0000671-43.2016.5.13.0012
0000289-64.2018.5.13.0017		